

## PODER

# Aliados em ofensiva contra BC

Governo coloca parlamentares na linha de frente dos ataques a Campos Neto para forçá-lo a abrir mão da política monetária

» ROSANA HESSEL  
» RAPHAEL FELICE  
» TAÍSA MEDEIROS  
» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abriu uma cruzada contra o Banco Central, colocando, agora, os parlamentares na linha de frente dos ataques. Ao mesmo tempo em que bate, coloca o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para assoprar.

Após reunião do Conselho Político, ontem, no Planalto, essa estratégia ficou evidente, e o objetivo, apontado por analistas, é forçar a renúncia do presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, nomeado pelo antecessor de Lula, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Especialistas lembram que o chefe do Executivo poderá trocar dois diretores da instituição em 2023, e, nos quatro anos do terceiro mandato, oito.

Os mandatos do diretor de Política Monetária, Bruno Serra Fernandes, e do diretor de Fiscalização, Paulo Souza, vencem no fim deste mês e ambos podem ser reconduzidos por mais quatro anos. Porém, tudo indica que Souza, servidor de carreira, continuará no cargo, mas Fernandes, oriundo do mercado financeiro, como metade da diretoria (de oito integrantes), será substituído.

Campos Neto é o primeiro presidente do BC autônomo, com mandato fixo até dezembro de 2024. Na avaliação do economista e ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, dificilmente ele abrirá mão do cargo da instituição fundada por seu avô, Roberto Campos, com o risco de jogar no chão a credibilidade do BC independente por conta das pressões do novo governo.

O sócio fundador da Tendências Consultoria considerou que Lula está dando “um tiro no pé” ao

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Roberto Campos Neto é o primeiro presidente do Banco Central independente e tem mandato fixo até dezembro do ano que vem

## Escolha técnica

A expectativa é de que a escolha de Lula seja técnica, buscando um funcionário de carreira da instituição — algo que vem sendo defendido internamente por servidores do órgão e que, dependendo do perfil, poderá ser muito bem recebido pelo mercado, segundo os analistas.

encampar essa briga com o BC e adiantou que a Tendências acaba de elevar de 12% para 13% a previsão para a taxa básica da economia (Selic) para o fim deste ano, como reflexo do aumento de incertezas nessa atual conjuntura.

“Uma demissão do presidente do Banco Central seria uma catástrofe. Haveria um colapso na confiança dos investidores, porque nenhuma regra que é exemplo em vários países prevalece e é desatada diante de um movimento imediatista”, alertou Nóbrega.

Ele lembrou que, na Argentina, quando o BC de lá conquistou

autonomia, o presidente do órgão acabou saindo quando houve troca de governo e, “deu no que deu”. O país vizinho nunca conseguiu estabilizar a moeda e, em 2022, fechou o ano com inflação pouco acima de 90%.

No Congresso, contudo, as críticas ao BC estão ganhando eco e provocando mais polêmicas. A Federação PSol/Rede, aliada do governo, apresentou um projeto para retirar ou reduzir a autonomia da instituição, mas o PT e as lideranças da base aliada sinalizam que não articulam a aprovação de um projeto nesse sentido.

Apesar das críticas de Lula à taxa Selic de 13,75% ao ano, que prejudica o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), Nóbrega lembrou que, no primeiro mandato do petista, a Selic estava em 26,5% anuais (quase o dobro), mas a conjuntura era outra, com boom das commodities e cenário externo favorável.

“Agora, com o mundo podendo entrar em recessão, o PIB do Brasil, na melhor das hipóteses, vai crescer 1,2%, neste ano, e 2%, nos seguintes. Lula sabe disso e está buscando um bode expiatório para colocar a culpa quando

esses números se confirmarem”, resumiu. “O BC está no seu papel de fazer alertas e interpretar os efeitos de uma trajetória expansionista e irresponsável no campo fiscal e sobre a inflação, que afeta as expectativas, as decisões de investir”, emendou.

“Não sei quem o Lula tem escutado, mas me preocupa essa interlocução. Ele precisa ser mais bem assessorado, até para pensar se é válido ingressar nesse tipo de debate. Não acho produtivo politizar diretamente um tema tão delicado”, destacou Julio Hegedus, economista-chefe da coreana Mirae Asset.

## Negativas

O ministro Padilha, por sua vez, negou que o governo esteja fazendo pressão para que o Senado antecipe o fim do mandato de Campos Neto ou que ele seja convocado para prestar esclarecimentos sobre a taxa de juros.

“Não existe nenhuma iniciativa do governo de mudança da lei atual do Banco Central e nenhuma pressão sobre qualquer mandato de qualquer diretor”, reforçou. A base do PT e do governo confirmam o que foi dito por Padilha, mas admitem que o desejo do Executivo é de que Campos Neto “jogue” de acordo com o governo que venceu as eleições e não “contra”.

No mesmo evento de ontem, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que o objetivo do governo é chegar ao fim deste ano com a taxa Selic em 8% ou em 7% ao ano. No entanto, analistas lembram que as projeções de inflação sobem há oito semanas e estão acima do teto da meta, de 4,75%, enquanto o mercado espera que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresente um novo arcabouço fiscal crível para ajudar a evitar uma piora nas estimativas de inflação.

## Lira forma grupo para debater reforma tributária

» KELLY HEKALLY  
Especial para o Correio

Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) se vale de sua força de articulação e constituiu um grupo de trabalho, liderado por PP e PT, para discutir a reforma tributária. Além disso, o deputado anunciou, para embasar o debate, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do PL, de autoria de Luiz Philippe de Orléans e Bragança (SP), cuja proposição, a PEC 9/2020, vai ser apensada pelo critério da anterioridade à PEC 45/2019, de Baleia Rossi (MDB-SP), aliado do governo Lula.

Os nomes de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o relator, e de Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador, vieram a público na terça-feira. A expectativa é de que a formalização do grupo ocorra até o fim desta semana.

“A ideia é juntar (as PECs) e fazer um acordão. Hoje (ontem), falei para ele (Lira) de 90 dias de

trabalho do grupo, mas é necessário ver que prazo terá o grupo”, explicou Reginaldo Lopes.

O parlamentar, contudo, afirmou que não sabe se as divergências entre os integrantes do grupo serão de fácil debate. “Vamos combinar com o Senado de trabalhar olhando em paralelo, mas a reforma começa aqui e, depois, vai para lá”, disse. Ele informou que terá uma reunião hoje com o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy e, na segunda-feira, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

No Senado, a ideia é debater a reforma na PEC 110/2019, parada na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ), presidida por Davi Alcolumbre (União Brasil), que passou a ser aliado de Lula. Como as PECs da Câmara já encerraram suas tramitações nas CCJs e nas comissões especiais, com aprovações em ambas, estão prontas para o plenário.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Lira durante sessão: reforma tributária é prioridade do Congresso

No grupo de trabalho serão feitos ajustes para acomodar os textos e deixar a matéria em um formato pretendido pelo governo. A decisão de Lira mira na celeridade do andamento da tributária.

## Modelos diversos

As PECs da Câmara são de autoria de Baleia Rossi (MDB) e Orléans e Bragança (PL). A PEC

ligada ao MDB guarda relação direta com a pretensão governista de criar um sistema tributário unificado. Bernard Appy voltou a defender, ontem, a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para substituir os impostos sobre consumo.

“Um IVA bem desenhado é um tributo com base ampla de incidência e totalmente não cumulativo, com tributação no destino. A

tributação na origem gera diversas distorções, como guerra fiscal entre estados”, afirmou Appy, em evento da RenovaBR.

A PEC 7/2020 vai no sentido contrário à criação do IVA, destacou Orléans e Bragança, que defende uma separação de recolhimentos de impostos em níveis federal, estaduais e municipais, dando mais autonomia aos entes federativos.

“Há uma politização das decisões em detrimento da análise técnica. Reconheço a possibilidade de que deputados do meu partido acabem votando com o governo por questões políticas, mas eu já fechei questão contra o IVA”. Na Casa, o Novo é um partido com potencial chance de defender a PEC 7/2019 em plenário.

A sigla está fora do bloco de 20 partidos que vão herdar privilégios, em proporções diferentes, dentro da Câmara.

Appy ressaltou também que, num primeiro momento, o debate será sobre o consumo, ligado a ICMS, PIS/Cofins e IPI e ISS. Em um segundo, será a vez da reformulação dos impostos sobre a renda e “possivelmente da folha de salários”. não conseguiu contato.

## Jesus ganha aval para TCU

A indicação do deputado federal Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR) para assumir uma cadeira como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) foi aprovada pelos senadores, ontem, por 72 votos a 2. Na Câmara, o parlamentar foi confirmado, no último dia 2, por 239 votos. Ele vai assumir o lugar deixado pela ministra Ana Arraes, que se aposentou no ano passado.

A candidatura de Jhonatan de Jesus foi amplamente defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Com a aprovação do Senado, a decisão agora será promulgada, e o parlamentar renunciará ao mandato. O cargo no TCU é vitalício.

Nascido em Boa Vista (RR), em 1983, Jhonatan de Jesus exerce o terceiro mandato consecutivo na Câmara. O deputado presidiu a Comissão de Minas e Energia da Casa em 2017. É filho do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que relatou a indicação dele. (TM)

 **Drenar DF**

**É assim que os alagamentos vão acabar.**

Túneis e lagoas de contenção na Asa Norte, Asa Sul e Taguatinga.

 **Terracap**  
Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

 **GDF**